

Carta-resposta sobre o Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte

Continuidade e viabilização do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte

19 de setembro de 2026.

Ao Movimento Pró-Vidas e Desenvolvimento da BR-381 e Rodovias Adjacentes
Às entidades subscritoras da Carta Manifesto

Assunto: Continuidade e viabilização do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte

Prezadas e prezados representantes,

Agradeço o encaminhamento da Carta Manifesto e a mobilização em defesa da segurança de quem utiliza nossas rodovias. Recebo suas preocupações com respeito, especialmente porque, por trás da discussão sobre infraestrutura, estão pessoas que enfrentam congestionamentos, perdas econômicas e riscos todos os dias.

Minha posição é favorável à continuidade e à realização do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte. O Estado precisa conduzir esse empreendimento com capacidade de execução e responsabilidade, aproveitando o trabalho já desenvolvido e enfrentando as pendências que impedem seu avanço. A discussão sobre o traçado deve produzir soluções, não servir de justificativa para abandonar o projeto. Ao mesmo tempo, apoiar o Rodoanel não significa aprovar antecipadamente qualquer traçado ou desconsiderar os direitos das comunidades atingidas.

O Plano de Governo que apresento com Maria Helena de Quadros Lopes trata a infraestrutura como política de Estado, com preparação técnica dos projetos e continuidade entre administrações. A partir dessa orientação, respondo aos cinco compromissos apresentados.

1. Dar continuidade ao projeto do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte

Assumo o compromisso de dar continuidade ao encaminhamento do Rodoanel, preservando os estudos aproveitáveis e respeitando as responsabilidades contratuais. Não pretendo interromper uma solução estruturante por disputa de autoria ou conveniência eleitoral.

Essa continuidade exige diálogo efetivo com as prefeituras, especialmente onde existem divergências sobre os impactos do empreendimento, como Betim e Contagem. Exige também participação das comunidades quilombolas e das demais populações afetadas, com respeito aos seus direitos e à proteção ambiental. Caberá ao governo trabalhar para construir soluções tecnicamente fundamentadas, evitando tanto a imposição de decisões quanto a perpetuação de impasses sem encaminhamento.

2. Preservar os recursos destinados ao empreendimento pelo acordo de reparação de Brumadinho

Defendo preservar a destinação dos recursos vinculados ao Rodoanel no acordo de reparação de Brumadinho. Não proporei desmontar o empreendimento para distribuir essa verba entre outras obras nem tratá-la como receita de livre utilização para cobrir despesas correntes.

A aplicação deverá observar as condições do acordo e as decisões judiciais pertinentes, com transparência sobre os valores efetivamente disponíveis e sobre sua execução. O financiamento público deverá estar articulado às obrigações da concessionária, para que a população saiba o que cabe a cada responsável e possa acompanhar o cumprimento dos compromissos.

Conservar as demais rodovias também é uma prioridade do nosso plano. Isso exige planejamento e fontes adequadas, não o cancelamento de um projeto para substituir a obrigação permanente de cuidar da malha existente.

3. Respeitar as decisões judiciais e promover o início das obras nas condições necessárias

Respeitarei e cumprirei as decisões judiciais aplicáveis ao empreendimento. Também adotarei as providências sob responsabilidade do Estado para que as obras comecem sem atrasos administrativos injustificados, assim que estiverem atendidas as condições ambientais, contratuais, financeiras e judiciais necessárias.

Quanto ao pedido de autorização imediata, é preciso estabelecer uma distinção: não assumo o compromisso de iniciar obras automaticamente após qualquer decisão favorável, sem verificar as demais exigências. Assumo o compromisso de trabalhar para que essas condições sejam efetivamente cumpridas e, uma vez atendidas, não permitir que a falta de decisão administrativa mantenha o empreendimento paralisado.

A urgência de quem espera merece uma resposta capaz de sustentar a execução, não uma ordem de início que resulte em nova interrupção.

4. Adotar as medidas administrativas e institucionais necessárias ao licenciamento e à implantação

Organizarei a atuação dos órgãos estaduais competentes para enfrentar as pendências do empreendimento, com responsabilidades definidas e acompanhamento das providências. A Advocacia-Geral do Estado atuará nas questões judiciais, enquanto as equipes técnicas cuidarão dos procedimentos de sua competência, preservada a autonomia das decisões ambientais.

Essa coordenação deverá reunir informações sobre cada pendência e indicar o encaminhamento necessário para resolvê-la. O diálogo com as prefeituras e com a União deverá integrar essa rotina, assim como a cobrança das obrigações da concessionária.

Licenciamento ambiental não será substituído pela vontade do governador. Também não aceitarei que a desarticulação entre órgãos prolongue atrasos que poderiam ser evitados. É possível trabalhar com celeridade sem reduzir o rigor técnico ou tratar a participação das comunidades como mera formalidade.

5. Priorizar a execução e os resultados para a população

Tratarei a viabilização e a execução do Rodoanel como prioridade da infraestrutura metropolitana, com etapas fundamentadas na capacidade de execução e na disponibilidade dos recursos. O acompanhamento deverá considerar o cumprimento das obrigações, a qualidade das intervenções e os resultados para a segurança viária.

O empreendimento deverá integrar uma estratégia mais ampla de logística e mobilidade. Não substitui as melhorias necessárias no atual Anel Rodoviário, que também precisam avançar em articulação com os responsáveis por cada trecho. Tampouco dispensa a retomada ferroviária ou a melhoria do transporte coletivo metropolitano, previstas no nosso plano e dependentes de planejamento próprio.

O resultado que buscamos é melhorar o escoamento da produção, reduzir os conflitos entre o tráfego de passagem e os deslocamentos locais e proteger vidas. A realização da obra precisa beneficiar tanto quem utiliza as rodovias quanto quem vive nos territórios atravessados por elas.

Reafirmo, portanto, meu apoio ao Rodoanel, à continuidade responsável do projeto e à preservação dos recursos a ele destinados. Manterei o diálogo com o movimento e com as entidades participantes, dando transparência aos encaminhamentos e permitindo que a sociedade acompanhe o avanço das providências.

Minas Gerais precisa de um governo que resolva os impasses sem atropelar direitos e que transforme planejamento em entrega. É essa responsabilidade que assumo.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB